

## **ENTRE(LAÇANDO) PERSPECTIVAS QUEER INTERSECCIONAIS**

**TATIANE ALVES DE MELO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB)

# ENTRE(LAÇANDO) PERSPECTIVAS QUEER INTERSECCIONAIS

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva antropológica, é possível compreender que o pensamento feminista se organiza em torno das nomeadas segunda e terceira ondas. A primeira onda do feminismo ocorreu no século XIX até início da década de 1920, e, estava preocupada com o processo eleitoral (sufrágio) e questões legais, se distanciando da construção propriamente dita de uma teoria feminista. Entende-se que a segunda onda feminista (1920-1980) contribuiu com a constatação de que gênero e sexo são elementos desassociados da identidade social (Zuckerman e Crandall, 2019).

Importante compreender que no período entre 1960 e 1980, os movimentos sociais, em especial, o movimento feminista, o movimento homossexual e o movimento pelos direitos civis americano, se fortaleceram, ganhando visibilidade no contexto de críticas em relação aos padrões culturais vigentes. Desse modo, a segunda onda feminista também presencia a movimentação de sujeitos históricos que começam a demandar direitos, e, atuar na elaboração de conhecimento (Miskolci, 2012); criando espaço para as discussões queer no bojo feminista da terceira onda.

Ao pensamento feminista localizado na terceira onda (1980 – até hoje) atribui-se às ideias construtivistas do corpo, abordagens de gênero, teoria queer, ênfase na análise da identidade social e, ao fazer isso, pode utilizar as inspirações da interseccionalidade (Zuckerman e Crandall, 2019). Estudiosos da terceira onda enfatizam que a maneira pela qual a identidade é classificada – raça, gênero, deficiência, sexualidade, classe, nacionalidade, etnia e outras – irá (re)produzir e normalizar relações de poder que atravessam hierarquias, bem como, injustiças entre grupos marginalizados e dominantes na sociedade (Foste e Irwin, 2020).

Segundo Miskolci (2012), nos meados da década de 1980, ocorreu uma reavaliação dos movimentos sociais (apresentados no cenário da segunda onda feminista), tal como, dos sujeitos e de suas respectivas pautas. Nesta conjuntura, é na terceira onda que o feminismo negro, também conhecido como Terceiro Mundo, introduz a crítica ao feminismo de segunda onda por ter sido construído a partir do olhar de pessoas ocidentais, brancas e de classe média (Miskolci, 2012). O movimento feminista negro dos anos 1980 produzido junto aos debates históricos (Gambino, 2020), será propulsor para a perspectiva da interseccionalidade. Desse modo, o movimento feminista e o movimento homossexual serão interpelados por sujeitos que futuramente seriam nomeados como queer (Miskolci, 2012).

É válido salientar a escassez de pesquisas e uma agenda que aponta muitas lacunas para estudos queer interseccionais (Chan e Howard, 2020; Lawrence e Nagashima, 2020; McDonald, Harris e Ramirez, 2020; Jones, 2019; Smith e Shin, 2015; Rahman, 2010), estudos organizacionais queer (Souza, 2017) e revisões sistemáticas bibliométricas (Demo et al., 2020). Em função do exposto, é possível identificar oportunidade(s) para trabalho(s) que: (1) priorizem estudos empíricos (Allen e Jaramillo-Sierra, 2015; McDonald, 2015); (2) explore por meio do diálogo, o viés sutil e oculto na academia; (3) problematize as sexualidades, diferenças e normalizações nas organizações (Mcguigan e Ghio, 2018); (4) interpele a descolonização do pensamento universalizante, valorizando teorias decoloniais do sul global (Msibi, 2019); (5) questionem a noção de gênero e relações raciais nas organizações (McDonald, 2015); (6) compreendam a emergência do uso da perspectiva interseccional, bem como, abordagem crítica pós-colonial e queer (McDonald, 2015); (7) utilizem a teoria queer como quadro teórico para expor e resistir às estruturas normativas e heteronormativas (McDonald, 2015).

Loutzenheiser (2015) considera que a condição de ser pesquisadores e educadores atravessa a necessidade de formular novas questões. Logo, com o intuito de compreender o

desenvolvimento da literatura sobre o uso conjunto das lentes teóricas queer e interseccionalidade, o presente estudo alinha-se a seguinte problemática: como o uso conjunto das teorias queer e interseccionalidade são utilizadas no cenário internacional de publicações científicas? Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a perspectiva dos estudos relacionados ao uso conjunto da teoria queer e interseccionalidade a partir de uma revisão bibliométrica sistemática.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Analítica Queer

Historicamente, a palavra *queer* nomeava pessoas e práticas consideradas estranhas, anormais e incomuns. Queer era um termo depreciativo reiteradamente usado ao se referir a gays, lésbicas e aos seus atos sexuais, classificados como esquisitos e doentes (McDonald, 2015). Segundo Miskolci (2012) apesar do queer na língua portuguesa remeter à sensação de pronunciar algo respeitável, em inglês, a palavra queer é uma injúria, um insulto. Além disso, o surgimento do queer está relacionado à resistência ao contexto biopolítico<sup>1</sup>, instituído pela AIDS (vírus HIV) que disparou formas de resistência materializadas no *Queer Nation* - organização ativista LGBTQ criada em 1990. A nação queer, nação bicha, nação anormal, nação esquisita, é uma nação de corpos abjetos que foram desprezados, humilhados, rejeitados por outros corpos que expressavam nojo e medo da contaminação (Miskolci, 2012).

Com o intuito de opor-se ao entendimento negativo, Teresa de Lauretis (1991) batizou a expressão *teoria queer* (Carr; Ben Hagai; Zurbriggen, 2017; McDonald, 2015) ao declarar o corpo de pensamento que enaltece o *queerness*, renunciando à busca pela aprovação *mainstream* (McDonald, 2015; Seidman, 1993); o que contribuiu para que o termo queer fosse reescrito como expressão positiva, traduzindo-se em resistência (McDonald, 2015). Assim, o uso do queer cunhado em 1991 por De Lauretis, produziu um título comum às inúmeras pesquisas, reunindo olhares, pensamentos, pesquisadores/as e autores/as sob um mesmo termo.

Miskolci (2012) aponta que a compreensão da analítica queer atual, seja no sentido político e/ou teórico, surgiu como um fervor crítico em relação à norma sexual vigente, e que, na década de 1960 eram nomeados de novos movimentos sociais. É válido ressaltar que, os “três principais ‘novos’ movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual” (Miskolci, 2012, p. 21). Neste sentido, são denominados novos em função de terem se estabelecido após o movimento dos trabalhadores, e, por pautarem demandas que não se reduziam à perspectiva econômica.

No entanto, faz-se necessário reconhecer a parcial classificação como novos movimentos, pois, a primeira onda do feminismo, ainda no século XIX, já se constituía como movimento social, lutava pelo direito ao voto e acesso à educação para mulheres. É importante ressaltar que os novos movimentos sociais, foram rotulados a partir de uma visão eurocêntrica que considerava o movimento dos trabalhadores industriais ocidentais como vanguardista; desconsiderando o movimento abolicionista do século XIX no Brasil e Estados Unidos (Miskolci, 2012).

Além disso, pode-se afirmar que a teoria queer cresce no campo acadêmico americano juntamente com os movimentos ativistas LGBT na década de 1990 (Chevrette, 2013), e com a terceira onda feminista. Importante destacar a influência intelectual (por exemplo Butler, 1990; de Lauretis, 1991; Foucault, 1978) das teorias construcionistas (sexualidade e gênero) e pensamento feminista pós-estruturalista na formação da teoria queer (Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017). Ao expor os discursos e as práticas que patologiza(vam) pessoas

sexualmente marginalizadas, pesquisadores e estudiosos oportunizaram o olhar para a teoria queer como disciplina acadêmica (Belkin, 2018). Nesse sentido, referenciam-se fundamentos filosóficos de Butler (1993), pela ideia de performatividade e pela recusa à heteronormatividade; de Sedgwick (1985), ao discutir identidade, e de Foucault (1982), que abriu caminhos para inúmeras discussões a partir do entendimento de relações de poder e resistência (Chan e Howard, 2020; Turner, Pelts e Thompson, 2018).

Cabe ressaltar que o uso do termo queer considera identidades, como lésbica, gays bissexual, transgênero e/ou minorias sexuais que não estão representadas na sigla LGBT, por exemplo, pessoas assexuadas e pansexuais; e, traduz-se em crítica ao entendimento categórico no que diz respeito a identidade, sexualidade e gênero (Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017; Smith e Shin, 2015).

Além disso, queer é movimento político, corpo social de minorias sexuais e um campo de estudos acadêmicos ocidental que visa desestabilizar e questionar o binarismo (por exemplo, mulher/homem, gay/heterossexual) expondo o discurso heteronormativo (McDonald, Harris e Ramirez, 2020; Msibi, 2019; Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017; Smith e Shin, 2015). Ser queer no pensamento butleriano, é uma recusa em se curvar às estruturas que domesticam a diferença (Gambino, 2020); indagando estruturas sociais de opressão a partir dos contextos históricos, sociais, políticos e culturais (Chan e Howard, 2020).

A lente teórica queer consiste no pensamento heterogêneo e interdisciplinar embrionado a partir de estudos LGBT, feminismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo (McDonald, 2015) e crítica ao positivismo (Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017). Neste sentido, o olhar queer amplia o alcance na diversidade de narrativas e vozes que criticam a heteronormatividade (Chan e Howard, 2020), ou seja, analisa discursos, práticas e atos culturais que a partir da nossa interação cotidiana produz o entendimento do natural e/ou normal (Lawrence e Nagashima, 2020).

Entende-se por heteronormatividade a presunção de que a heterossexualidade é unicamente natural (Goldberg e Allen, 2018) e humanamente normal (Chevrette, 2013); onde a normatividade é o modelo de normalização que estabelece, cria, produz e reproduz estilos de vida e práticas sociais ditas como certas e superiores a outras (McDonald, 2015).

Segundo Miskolci (2012), a teoria queer questiona quem é o sujeito do feminismo, discutindo gênero a partir das normas e perspectivas culturais intercambiáveis em função do tempo e tipo de sociedade. Desse modo, independente do sexo biológico, tanto o homem quanto a mulher podem habitar, experienciar e viver o feminino e masculino (Miskolci, 2012). Destarte, Butler (1990) critica a categoria mulher universal (sujeito dito estável no feminismo de segunda onda), pois, ser mulher não resume tudo que alguém é e pode ser (Butler, 1990); e, além disso, as opressões sofridas por mulheres não podem ser compreendidas como universais e singulares (Butler, 1990).

Inquestionavelmente, as narrativas de gênero se fixam incorretamente como formas naturais de ser e agir no mundo. Assim, o sujeito apresentado pelo feminismo (mulher universal) é produzido e ornamentado pelas mesmas conjunturas e relações de poder que se pretende emancipar, fortalecendo a regulação e sujeição das mulheres (Butler, 1990); ou seja, não consegue compreender que a categoria mulheres é fruto e refém de tais estruturas. Portanto, a analítica queer é também uma via política de gênero (Butler, 1990), na qual se alcançam reivindicações por parte dos sujeitos que desvelam as normas que os produzem (Miskolci, 2012; Butler, 1990).

Nesse sentido, gênero não se constitui de modo lógico no contexto histórico, pois, o entendimento de gênero é indissociável das interseções culturais e políticas, que continuamente produzem e o sustentam. Trata-se do cruzamento de gênero com marcadores sexuais, raciais, classistas, étnicos (e outros eixos de relações de poder) constituídos discursivamente (Butler,

1990). Ademais, se(r) queer historicamente espelhava blasfêmia, hoje é sinônimo de lutas políticas, culturais (Turner, Pelts e Thompson, 2018), e funciona como uma teoria peculiar crítica apensada à agenda que valoriza a justiça social (Chan e Howard, 2020). O termo que no passado afrontava as minorias sexuais, tem sido ressignificado para afirmar e enaltecê-las (Belkin, 2018).

## 2.2 Interseccionalidade

A interseccionalidade está localizada na política feminista negra na década de 1980 e foi cunhado na escrita de Crenshaw em 1989 (Gambino, 2020), ao discutir a interseção entre racismo e sexismo no âmbito profissional e pessoal das mulheres negras norte-americanas (Belkin, 2018). A palavra interseccionalidade sublinha um debate mais amplo no campo teórico crítico (Gambino, 2020), marcada pelas contribuições das autoras negras Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins (Chan e Howard, 2020). Desse modo, Crenshaw (1988, 1989, 1991) e Collins (1986, 1990, 2004, 2015), reforçaram o movimento interseccional discutido por outras estudiosas (mulheres, negras, queer, chicanas, mestiças), por exemplo, Anzaldúa (1987), hooks<sup>2</sup> (1981, 1984, 1989), Lorde (1984), Moraga e Anzaldúa (1983) (Chan e Howard, 2020).

O pensamento interseccional é uma perspectiva crítica que analisa questões sociais (Allen e Lavender-Stott, 2020; Belkin, 2018) e aponta como a identidade é experimentada no contexto vivido; exemplificando, seria pensar as diferenças na forma como o gênero é experienciado por pessoas negras, brancas, mulheres da classe média, mulheres negras, trabalhadores, heterossexuais, homossexuais ou queer na análise interseccional (Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017).

Segundo Chan e Howard (2020), a partir de intelectuais revolucionárias que pautam a equidade e justiça social, o paradigma interseccional identifica formas de descentralizar estruturas que enraízam e reproduzem injustiças e desigualdades na sociedade. Importante observar o uso da narrativa para enfrentar barreiras estruturais e institucionais injustas, tomando como exemplo os estudos e experiências de Collins (1986, 1990) na academia e sociologia (Chan e Howard, 2020).

Faz-se necessário considerar as múltiplas e sobrepostas formas de opressão e marginalização que a interseccionalidade questiona na dimensão identitária, por exemplo, raça, classe social, etnia, gênero, sexualidade, religião, deficiência, idade, nacionalidade, regionalidade (Chan e Howard, 2020; Lo, 2019; Mai e King, 2009); e outros eixos que se unem, alimentam-se e sustentam-se (Lawrence e Nagashima, 2020).

A partir do contexto americano, Collins (2019) observa que a trama da matriz de dominação, legítima e sustenta as opressões interseccionais. A palavra opressão traduz qualquer circunstância desigual entre grupos na sociedade, como por exemplo, pensar em: sexualidade, idade, nacionalidade, gênero, sexualidade, raça, classe, etnia (Collins, 2019) e deficiência, por meio da lente que produz injustiça.

Historicamente, o sistema de controle social que é organizado no âmbito político, econômico e ideológico, reserva às mulheres negras o espaço subalterno, valorizando o pensamento e a produção de conhecimento da alta sociedade masculina e branca. Segundo Collins (2019), a negação dos direitos à população negra, em especial às mulheres negras, conecta(ou)-se com às dificuldades, lutas e resistências para ocupar um lugar em profissões, instituições e esferas sociais de produção e validação de conhecimento; com consequente exclusão no contexto acadêmico, estereotipando mulheres negras a partir das políticas públicas e da cultura popular.

Collins (2019) corrobora com referências africanas que são e foram abolidas ou simplesmente desconsideradas pelo feminismo ocidental e classe masculina branca. Neste

sentido, faz-se necessário compreender que a discussão sobre interseccionalidade de classe e raça na formação do gênero (ainda na perspectiva histórica), não alcançou muita participação nas discussões formuladas por feministas brancas. Cabe ressaltar que tal forma de opressão cria um caráter racista dos feminismos ocidentais (em especial mulheres brancas pertencentes à classe média) em relação à outras mulheres: indígenas, asiático-americanas, latino-americanas, afro-americanas (Collins, 2019).

No entanto, mulheres negras e demais grupos que sofrem opressão produzirão outras formas de sobreviver, de se opor, de resistir, e, maneiras de escapar e organizar lutas em prol da justiça social; eis a concepção para a teoria social (Collins, 2019) vivida. De fato, a luta das mulheres afro-americanas produziu conhecimento, entendimento de coletividade e resistência compartilhados, que não é de agora, e irá culminar no olhar feminista negro a partir de uma teoria social crítica (Collins, 2019).

### 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir da revisão sistemática da literatura com análises bibliométricas (Demo et al., 2020), o presente estudo qualitativo, de natureza descritiva, utilizou o método de pesquisa documental. O processo para realização da pesquisa bibliométrica iniciou-se no acesso à base *Web of Science (WoS)*. Cabe ressaltar não ter sido limitado o período de busca, considerando de 1945 a 2020. Ademais, a caixa de seleção “Mais Configurações” - Principal Coleção do *WoS*: Índice de citações, não foi desmarcada, resultando na pesquisa em todos os índices (*Science Citation Index Expanded - SCI-EXPANDED* desde 1945; *Social Sciences Citation Index - SSCI* desde 1956; *Arts & Humanities Citation Index - A&HCI* desde 1975; *Conference Proceedings Citation Index - Science CPCI-S* desde 1990; *Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities - CPCI-SSH* desde 1990; *Emerging Sources Citation Index - ESCI* desde 2015).

Pesquisando no campo Tópico, foi informada a sequência de caracteres *Queer Theory AND Intersectionality*, resultando em 119 documentos. O campo Tópico direciona a busca dos termos em: título, resumo, palavras-chave de autor(es) e *keyword- plus*. Observou-se que o uso do termo *Theory* apresentava documentos que não estavam relacionados ao termo *Queer Theory* (foco da busca). Por isso, foi utilizado “aspas” nos termos “*Queer Theory*” *AND* “*Intersectionality*” para buscar as expressões exatas; em seguida foi efetuada nova busca, obtendo 59 documentos na Principal Coleção do *WoS* (tempo estipulado: 1945 - 2020; índices de citações: *SCI-EXPANDED*, *SSCI*, *A&HCI*, *CPCI-S*, *CPCI-SSH*, *ESCI*. Na sequência os 59 documentos encontrados foram classificados por data (mais recente para mais antigo).

Com o propósito de analisar apenas artigos científicos concluídos, considerou-se a seleção para refinar resultados e filtrar por tipo de documento, resultando em 51 artigos para análise. Os demais documentos encontrados foram excluídos: *early access* (4); *editorial material* (2); *proceedings paper* (1) e *review* (1). É válido ressaltar que em relação aos idiomas dos artigos encontrados (51), a busca apresentou: *english* (48); *russian* (2) e *portuguese* (1).

Para realizar a triagem dos dados utilizou-se o *Bibliometrix* (Aria e Cuccurullo, 2017), um pacote para a linguagem R, por meio do *software* RStudio. Após a identificação dos artigos, utilizou-se a base de dados do *Journal Citation Reports (JCR)*, referente ao ano de 2019, para buscar os periódicos indexados que publicaram os artigos. Nesta etapa, os periódicos que apresentaram “*No results found*” foram desconsiderados na análise, resultando na consequente exclusão de 16 artigos, incluindo as publicações nos idiomas russo (2016 e 2017) e português (2019). Desse modo, o *corpus* de análise para a revisão sistemática bibliométrica considerou 35 artigos de língua inglesa, que foram publicados entre 2000 e 2020.

Considerando o protocolo proposto por Cronin et al., (2008), foram seguidas as etapas: (i) elaboração da problemática de pesquisa (especificada na seção introdutória); (ii) definição de corpo de critérios para inclusão e exclusão dos documentos; (iii) verificação da qualidade da bibliografia; (iv) apreciação da relevância e; (v) da elegibilidade.

#### 4. RESULTADOS

Foi possível identificar que 27 periódicos publicaram os 35 artigos em questão. Cabe ressaltar que apenas 18,5% dos periódicos publicaram mais de 01 artigo: *Journal of Family Theory & Review* (4), *Communication Theory* (3), *Sex Roles* (2), *Journal of Homosexuality* (2), *Sexualities* (2). Também foi possível identificar que 26% dos artigos analisados ou 29% dos autores marcaram concepções identitárias na escrita de artigos. Os principais apontamentos traçam um perfil de autores que se identificam em relação a: (i) gênero (44% mulher, 56% homem); (ii) orientação sexual (homossexual - gays 31,25%, lésbicas 12,5%, heterossexual 25%, bissexual 12,5% e não declarado 18,75%); (iii) raça / etnia (negra 25%, branca 44% e asiática 12,5% e não declarado 18,5%); (iv) outras categorias identitárias também foram citadas, como por exemplo, classe, nacionalidade, religião e deficiência. Além disso, as palavras-chave mais citadas foram: gênero, gay, interseccionalidade, teoria queer e sexo.

O gráfico de área (Figura 1) apresenta a produção científica anual a partir dos artigos amostrados. Evidencia-se que após a publicação do primeiro artigo em 2000, houve um hiato temporal de 09 anos para a publicação do segundo. Nota-se ainda que ocorreu um aumento significativo de publicações no período mais recente (2015-2020) representando 80% dos artigos, ou seja, nos últimos 06 anos foram publicados 28 artigos; enquanto no período de 2000 a 2014 apenas sete artigos foram publicados, do total analisado.

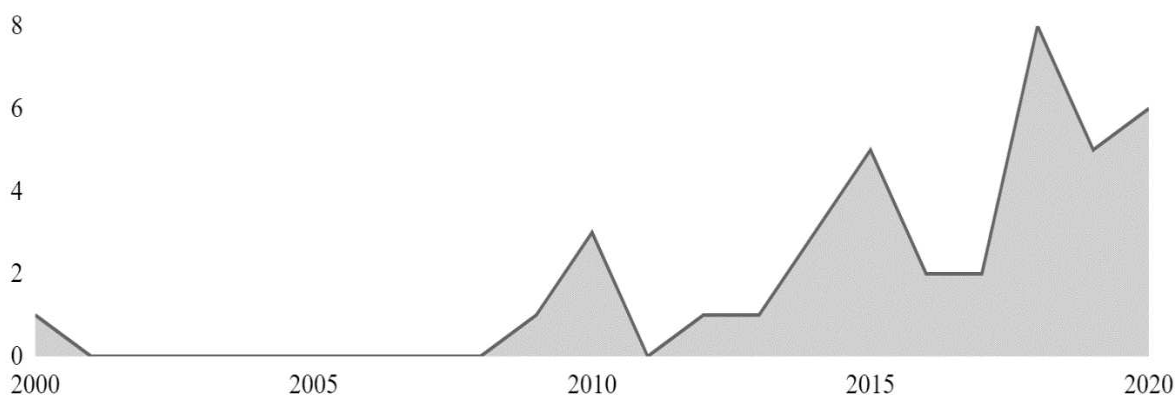


Figura 1: Produção Científica Anual

Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar na Tabela 1 os artigos mais citados. Cabe-se destacar que o segundo artigo publicado, de Mai e King (2009), é o mais citado até outubro/2020, sendo que o número de artigos publicados, total de citações e taxa anual de citação referem-se até o mês de novembro/2020.

ARTIGO	AUTOR(A)	ANO	PAÍS	CITAÇÃO TOTAL	CITAÇÃO ANUAL
Love, Sexuality and Migration: Mapping the Issue(s)	Mai e King	2009	Inglaterra	122	10,17
Gender and sexuality I: Intersectional anxieties	Brown	2012	Estados Unidos	85	9,44
Generational Sexualities, Subterranean Traditions, and the Hauntings of the Sexual World: Some Preliminary Remarks	Plummer	2010	Inglaterra	63	5,73
Queer as Intersectionality: Theorizing Gay Muslim Identities	Rahman	2010	Canadá	60	5,46
Outing Heteronormativity in Interpersonal and Family Communication: Feminist Applications of Queer Theory “Beyond the Sexy Streets”.	Chevrette	2013	Estados Unidos	32	4
Hegemonic Heteronormativity: Toward a New Era of Queer Family Theory	Allen e Mendez	2018	Estados Unidos	30	10

Tabela 1: Artigos mais citados

Fonte: elaborado pela autora a partir do *software* RStudio e *Bibliometrix*.

Os 35 artigos analisados foram escritos por 55 autores, com 51,4% de autoria única e 48,6% de autoria múltipla, sendo que apenas 01 artigo em coautoria é escrito por autores da mesma universidade (Austrália). Observou-se que os autores buscaram parcerias de escrita fora dos espaços onde atuam como consultores, pesquisadores, docentes e/ou estudantes; mas, sobretudo, em um mesmo país, não alcançando parcerias internacionais. Importante sublinhar que 53 autores aparecem em apenas 1 publicação, com exceção de Katherine R. Allen (2015; 2018; 2020) e James McDonald (2015 autoria única; 2020 autoria múltipla). As publicações estão representadas por autores dos continentes África, América do Norte, Ásia, Europa e Oceania, o que aponta para a não representatividade dos países da América do Sul. Ademais, os Estados Unidos da América é o país que se destaca pelo maior número de publicações (68,5%), seguido pelo Canadá (8,5%), Austrália (5,7%), Inglaterra (5,7%), Japão (2,9%), África do Sul (2,9%), Espanha (2,9%) e Suécia (2,9%).

Os resultados apontam para um cenário escasso de artigos e de autores que publiquem periodicamente sobre o tema analisado neste trabalho. Significa dizer que existe um campo para estudos que ainda precisa ser explorado, a partir de contribuições, inquietações, questionamentos e lacunas de pesquisa que ainda precisam de respostas e soluções. Evidencia-se que publicações com autoria múltipla foram representadas por 2 autores (34,3%), 3 autores (11,4%) e 4 autores (2,9%). Destarte, 51,5% dos artigos caracterizam-se por autoria única, o que impulsiona questionamentos, por exemplo: (i) os autores estão com dificuldades de encontrar apoio e/ou parcerias de autoria múltipla na área de pesquisa? (ii) a temática é vista de forma relevante pelas instituições de ensino e pesquisa? (iii) os periódicos listados no *Journal Citation Report (JCR)* valorizam estudos sobre o uso conjunto da teoria queer e interseccionalidade?

Consoante ao objetivo deste trabalho, observa-se que os autores mais citados nos 35 artigos são: Judith Butler, Sedgwick Eve Kosofsky, Gayle Rubin (Teoria Queer), Kimberlé Williams Crenshaw e Patricia Hill Collins (Interseccionalidade). Ademais, as publicações estão representadas por áreas no *WoS*, e, para o presente estudo foram organizadas em blocos temáticos: *Psychology*, Multidisciplinar (20%), *Education & Educational Research* (14,3%), *Family Studies* (14,3%), *Sociology* (14,3%), *Communication* (11,3%), *Anthropology*, *Archaeology* (5,7%), *Geography* (5,7%), *Women's Studies* (5,7%), *Business & Finance* (2,9%), *Political Science* (2,9%), *Social Work*, *Women's Studies* (2,9%).

A partir da análise dos artigos que compõe o presente estudo, foi possível identificar que a abordagem de pesquisa qualitativa é utilizada em 100% das publicações. Logo, é possível identificar lacunas de pesquisas com métodos quantitativos ou mistos (quantitativos e qualitativos). Em relação ao tipo de artigos, observou-se que o *corpus* é composto por:



15 estudos teóricos (42,9%), 13 estudos empíricos (37,1%) e 7 revisões de literatura (20%), que serão apresentados no próximo subtópico.

#### 4.1 Panorama das Propostas

As principais propostas discutidas nos artigos empíricos foram organizadas na Tabela 2, orientando pesquisas que valorizam o elo entre estudos queer interseccionais.

Autores	Propostas
Lawrence e Nagashima (2020)	Compreender como identidades pessoais e profissionais (professores) se cruzam e são produzidas no contexto sociocultural de ensino. Destacam-se marcadores de análise como gênero, sexualidade, língua e raça.
Lo (2019)	Analisar como as categorias de sexualidade, sexo e gênero influenciam nas interações de um clube de leitura que ocorre após o período regular de aula.
Msibi (2019)	A partir de um contexto escolar que legitima a heterossexualidade (obrigatória) como forma de vida, professores sul-africanos negros visam explorar as diferentes maneiras que suas identidades são negociadas e gerenciadas.
Goldberg e Allen (2018)	Oportunizar o ensino sobre identidades LGBT e família para estudantes de graduação.
Turner, Pelts e Thompson (2018)	Considerando a esfera heteronormativa acadêmica, pretende-se investigar as experiências de microagressões no curso de graduação em serviço social.
Acosta (2018)	Analisar como a perspectiva queer interseccional contribui para estudos da temática família.
Lee e Mykitiuk (2018)	Apresentar críticas ao uso de desreguladores endócrinos a partir de categorias como raça e classe na política de exposições químicas.
Chan (2017)	A partir da disciplina de comunicação, pretende-se analisar estudos que abordam as temáticas LGBTQ e comunicação no período de 2010 a 2015.
Nnawulezi, Robin e Sewell, (2015)	Preocupa-se especialmente com a produção de identidades de mulheres negras feministas queer.
Loutzenheiser (2015)	Discussão das políticas identitárias de jovens, considerando subjetividades e discursos.
Smith e Shin (2015)	A partir das narrativas de indivíduos cisgêneros e heterossexuais, propõe-se compreender como tais narrativas são negociadas socialmente em relação às categorias de raça, sexualidade e gênero.
Plummer (2010)	Abordar a temática da sexualidade geracional a partir da literatura e de experiências pessoais.
Schippers (2000)	Apresentar a análise queer interseccional como ferramenta de investigação sociológica das relações de gênero.

Tabela 2: Propostas dos artigos empíricos.

Fonte: elaborado pela autora.

As revisões de literatura se preocupam em apresentar as contribuições teóricas da perspectiva queer e/ou interseccional, e, seu modo de atuação no campo de estudos. Para exemplificar, podemos citar as contribuições dos autores Allen e Lavender-Stott (2020); Allen e Jaramillo-Sierra (2015) que coletaram uma gama de artigos publicados na Revista Sex Roles, para problematizar as teorizações sobre as famílias de adultos LGBTQ, com olhar para temáticas como normatividade, envelhecimento e feminismo.

Allen e Mendez (2018) utilizaram como fonte de pesquisa os periódicos *Journal of Family* e *Theory & Review* para rever histórias das famílias queer no intervalo de tempo de 12 anos, abordando a heteronormatividade hegemônica, gênero e sexualidade. Outros autores examinaram às ausências de estudos que considerem por exemplo, o prazer como objeto de

pesquisa para a sexualidade humana nas áreas de ciências sexuais (Jones, 2019); ou, a urgência de trazer a temática da migração para o debate que considera sexualidade e afetividade (Mai e King, 2009).

Quanto aos artigos teóricos, destacam-se as produções de Chan e Howard (2020) que pretendem explicar o contexto histórico da interseccionalidade e teoria queer, enquanto Rahman (2010) busca argumentar a problemática produzida pelas questões de gênero e sexualidade a partir da modernidade. Moral (2016) propõe recuperar a crítica ao terceiro gênero a partir de uma análise arqueológica, ao passo que Few-Demo, Humble, Curran e Lloyd (2016) e Chevrette (2013) exploram o contexto familiar e os desafios para pessoas LGBT. Enns (2010) problematiza a importância do chamado feminismo locacional ou feminismos de terceira onda, pós-moderno, negro, lésbico, pós-colonial e teoria queer para analisar identidade social.

É válido ressaltar que as lentes teóricas discutidas nos artigos com perspectiva ensaística consideram por exemplo, a contribuição da interseccionalidade para a analítica queer discutir a (anti)normatividade (Gambino, 2020). McDonald (2015) propõe trabalhar com a temática da diferença na área de comunicação organizacional, o que reflete a posterior problematização de McDonald, Harris e Ramirez (2020) quanto às relações de poder estigmatizadas sobre diferença, para além das categorias gênero e sexualidade, na área de comunicação. Cabe destacar o artigo de Belkin (2018), que pretende examinar a relação entre analista e paciente, a partir da teoria queer e psicanálise.

Em relação às técnicas de coleta de dados dos estudos empíricos (Tabela 3), pode-se inferir que os pesquisadores valorizam o uso da autoetnografia e prática reflexiva. Faz-se necessário considerar também a escassez de publicações com revisão sistemática bibliométrica, pois, dos 35 artigos analisados, apenas um utilizou tal técnica. A referida publicação foi realizada na área de comunicação, e, considerou uma análise de artigos que representam a interseção entre comunicação e estudos LGBTQ no período de 2010 a 2015 (Chan, 2017).

Nº	Autor(a)	Método / Técnica Coleta de Dados
1	Plummer (2010)	Autoetnografia Autorreflexiva
2	Nnawulezi Robin e Sewell (2015)	
3	Goldberg e Allen (2018)	
4	Turner, Pelts e Thompson (2018)	
5	Loutzenheiser (2015)	Documental
6	Lawrence e Nagashima (2020)	Duoetnografia e Prática Reflexiva
7	Acosta (2018)	Entrevista e Observação Não-Participante
8	Lee e Mykitiuk (2018)	Estudo de Caso
9	Schippers (2000)	Etnografia e Observação Participante
10	Msibi (2019)	História de Vida – Narrativas e Entrevistas
11	Lo (2019)	Observação Não-Participante, Entrevistas, Fotografia e Gravações
12	Smith e Shin (2015)	Psicodiscursiva – História de Vida, Narrativas e Bola de Neve
13	Chan (2017)	Revisão Sistemática Bibliométrica

Tabela 3: Estudos empíricos

Fonte: elaborado pela autora.

#### 4.2 Uso Conjunto da Teoria Queer e Interseccionalidade

O uso conjunto da teoria queer e interseccionalidade pode ser considerado o elo disparador na compreensão dos principais achados nos artigos do presente estudo. Os blocos temáticos que refletem os resultados discutidos pelos autores estão apresentados na Tabela 4.

Tema	Autores
Educação	Few-Demo, Humble, Curran e Lloyd (2016); Foste e Irwin (2020); Smith e Shin (2015); Msibi (2019); Lawrence e Nagashima (2020); Loutzenheiser (2015); Turner, Pelts e Thompson (2018); Goldberg e Allen (2018); e Lo (2019).
Estado e Empresas	Mai e King (2009); Acosta (2018); McGuigan e Ghio (2018); Belkin (2018); e Schippers (2000).
Heteronormatividade e Normatividade	Chevrette (2013); Kean (2019); Allen e Mendez (2018); Jones (2019); Brown (2012); McDonald, Harris e Ramirez (2020); e McDonald (2015).
Estudos Feministas	Lee e Mykitiuk (2018); Allen e Jaramillo-Sierra (2015); Nnawulezi, Robin e Sewell (2015); Plummer (2010); e Enns (2010).
Estudos LGBT	Allen e Lavender-Stott (2020); e Chan (2017).
Estudos Críticos	Berggren (2018); Gambino (2020); Chan e Howard (2020); e Rahman (2010).
Gênero e Sexualidade	Zuckerman e Crandall (2019); Carr, Ben Hagai e Zurbriggen (2017); e Moral (2016).

Tabela 4: Temas mais abordados nos artigos.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do contexto educacional, Few-Demo, Humble, Curran e Lloyd (2016) propõem a criação de um modelo curricular para explorar a teoria da família nas escolas, em especial a inclusão de famílias LGBT, e a formação de profissionais engajados na proposta da auto-reflexividade e da pedagogia transformadora. Entende-se que os padrões heteronormativos são vias para a reprodução e normalização das desigualdades entre estudantes (Foste e Irwin, 2020). Cabe salientar que as intersecções de identidades sociais devem ser consideradas ao tentar entender a opressão social causada pela heteronormatividade, bem como pelo racismo (Smith e Shin, 2015) no contexto escolar. Msibi (2019) descompacta diferentes modos pelos quais os homens gays negros professores e sul-africanos negociam e gerenciam suas identidades no contexto escolar assinalada por uma cultura de heteronormatividade; onde o hiperprofissionalismo pode significar proteção contra possíveis atos homofóbicos. Neste sentido, identidades profissionais dos professores de línguas, tal como, as práticas de ensino também sofrem efeitos da interseção de gênero, sexualidade, raça e condição de falante nativo nas organizações educacionais (Lawrence e Nagashima, 2020).

Outro aspecto importante é a problematização das políticas voltadas para LGBT na esfera escolar, onde as identidades são exploradas como contraditórias e produzidas a partir da maneira como as políticas são constituídas (Loutzenheiser, 2015). Importante destacar que alguns pesquisadores passam por experiências de microagressões durante sua atuação e formação (Turner, Pelts e Thompson, 2018) acadêmica. É indispensável considerar a teoria queer e a interseccionalidade como lentes para discutir e ensinar sobre questões LGBTQ, diversidade de gênero, identidades transgêneros e orientação sexual (Goldberg e Allen, 2018). Desse modo, a comunidade acadêmica deve buscar entendimento, por exemplo, para lidar com os desafios que crianças, filho(a) de pais gays podem enfrentar na escola; e, como esses desafios são reforçados ou sustentado por meio discursivo e institucional a partir de normas que privilegiam a heterossexualidade (Lo, 2019).

Em relação à temática estado e empresas (Tabela 4), Mai e King (2009) consideram a importância dos fenômenos migratórios no contexto da mobilidade, modernidade e capitalismo. Assim, o Estado exerce papel fundamental no contexto geográfico e regulatório; alertando que a maioria das pesquisas giram em torno da classe média branca, sendo oportuno estudos que consideram as nuances a partir das fronteiras, por exemplo, sobre famílias queer latinx (Acosta, 2018). No âmbito empresarial, McGuigan e Ghio (2018) consideram a discussão sobre as estruturas heteronormativas consolidadas na profissão contábil e os desafios para contadores que se identificam como LGBTQI. Importante ressaltar a experiência profissional psicanalítica apresentada por Belkin (2018) ao considerar modos binários e experiências de privilégio vivenciados, tanto pelo analista quanto pela paciente. Além disso, Schippers (2000) já

constatava (na publicação do primeiro artigo sobre a temática), a subversão das relações hegemônicas de gênero e jogo de resistência a partir de pesquisa realizada em espaços Alternativos de *Hard Rock*.

Chan (2017) propõe que os estudos na área de comunicação possam abraçar a interdisciplinaridade e contribuir ainda mais com estudos LGBTQ. Assim, Chevrette (2013) aponta que a teoria feminista contribui para pensar fora da caixa da heteronormatividade, influenciando a compreensão dos relacionamentos não heterossexuais. No entanto, estudos em comunicação inclinam-se a (re)produzir normas binárias universais da sexualidade, limitando a pesquisa e a teoria da comunicação (Chevrette, 2013). Assim, observa-se a incapacidade do termo heteronormatividade, que não consegue dar conta das culturas familiares e sexuais estigmatizadas (Kean, 2019), como por exemplo a monogamia (mononormatividade). De tal modo, ao se deparar com os efeitos produzidos pela heteronormatividade o modelo queer interseccional precisa considerar a diversidade de famílias e as forças hegemônicas que as criam e sustentam, inclusive na normalização dos grupos anteriormente marginalizados (Allen e Mendez, 2018); por exemplo, gays e lésbicas.

Jones (2019) corrobora com o entendimento que a reprodução da heteronormatividade e a exclusão das identidades marginalizadas de classe, gênero, sexo e raça se fortalecem mutuamente. Além disso, faz-se incluir outras identidades no debate, como por exemplo, idade, deficiência e religião; logo, questiona-se: quais e quantas intersecções são consideradas? Quais seriam as consequências para outras geografias da identidade? (Brown, 2012). Como as formas de interseção de diferença impactam as implicações de revelar e ocultar informações a respeito da sexualidade nas organizações? (McDonald, Harris e Ramirez, 2020). Portanto, a perspectiva queer interseccional demanda a adoção de uma abordagem anticategorial que desafia a normatividade (McDonald, 2015).

Neste sentido, Moral (2016) afirma que o modelo de terceiro sexo gênero / terceiro sexo não abala a ideia dualística de gênero e sexo, mas, fortalece categorias como feminino / masculino, mulher / homem como normais e naturais. Tal perspectiva é partilhada por Zuckerman e Crandall (2019), que informam a importância do movimento bioarqueológico para desestabilizar associações entre papéis de sexo e gênero; reforçando que gênero não pode ser conceituado de forma isolada (ou a partir de um corpo apenas), pois é só mais uma categoria dentre outros marcadores de identidade social.

Allen e Jaramillo-Sierra (2015) observaram a persistência dos autores na realização de pesquisas que fazem alguma diferença nas histórias vividas por pessoas e famílias LGBT; considerando principalmente a epistemologia feminista e teoria feminista negra. Ademais, Nnawulezi, Robin e Sewell (2015) apontam que viver realidades importunas da (in)justiça patriarcal e dos sistemas heteronormativos na sociedade, por exemplo violência de gênero e/ou raça, pode aguçar uma percepção precoce da consciência e luta feminista. Assim, valoriza-se a contribuição dos feminismos locais ao considerar a relevância da identidade social para uma abordagem de justiça social (Enns, 2010). Além disso, Plummer (2010) observou que a sexualidade no contexto geracional é tratada com indiferença no âmbito social e sexual; o que dialoga com as contribuições de Allen e Lavender-Stott (2020) ao evidenciarem que a partir da orientação de justiça social, deve-se contextualizar tanto a marginalização quanto a resiliência no quadro histórico-social e familiar de idosos LGBTQ.

Por fim, em relação ao uso conjunto das teorias queer e interseccionalidade pode-se afirmar que 40% dos artigos apresentam uso explícito e 60% trataram o tema de forma implícita. Nota-se que a teoria da interseccionalidade e a teoria queer são potenciais para operar em conjunto, pois, o olhar interseccional traduz possibilidades para analisar e indagar criticamente fenômenos queer (Chan e Howard, 2020). Portanto, a interseccionalidade é produtivamente queer, e a teoria queer é indispensavelmente interseccional (Rahman, 2010).

## 5. DISCUSSÃO

A partir das lacunas identificadas na revisão sistemática bibliométrica para o presente estudo, propõe-se uma agenda de pesquisa que considera as principais contribuições dos artigos analisados. Além disso, foi possível identificar: (a) escassez de estudos na área de gestão e principalmente na linha de estudos organizacionais; (b) oportunidades de pesquisas que valorizem método de pesquisa quantitativos ou mistos; (c) ausência de publicações oriundas da América do Sul, em especial no idioma português, tanto na base *WoS*, quanto no *Journal Citation Reports (JCR)*; (d) carência de estudos que valorizem a decolonialidade como lente teórica; (e) oportunidades para revisões sistemáticas bibliométricas.

Ademais, inquietações de pesquisa podem ser observadas: As instituições acadêmicas e outras organizações nacionais estão interessadas nos estudos queer interseccionais? Quais são os desafios para os autores brasileiros publicarem pesquisas em periódicos indexados no *JCR*?

É válido ressaltar que o presente estudo apresenta limitações e sugere que em trabalhos futuros, outras bases de dados sejam pesquisadas, por exemplo, Scopus e bases nacionais. Outros documentos poderão ser analisados ao não enquadrar apenas periódicos indexados no *Journal Citation Reports (JCR)* e considerar também artigos não acabados, material editorial, livros, exposições, fotografias, filmes, peças teatrais, material de oficina, aulas etc.

A potência analítica da lente queer interseccional abre uma janela de oportunidades para estudos em diferentes organizações e contextos. Nesse sentido, Few-Demo, Humble, Curran e Lloyd (2016) sugerem que recorramos à abundância de teóricos e metodologias relacionadas à teoria queer e interseccionalidade; e que tal discussão não pode se limitar à área de estudos na psicologia, mas, carecem de inserção nos currículos de diferentes cursos e corpo acadêmico. Além disso, a comunidade acadêmica deve reconhecer o trabalho de pesquisadores negros(as), e, abrir espaço para o engajamento na prática crítica reflexiva (Foste e Irwin, 2020).

Destacam-se estudos voltados para a formação de docentes que tenham interesse na temática da diversidade na perspectiva queer interseccional, explorando identidades sexuais, como por exemplo, a bissexualidade (Lawrence e Nagashima, 2020) e transgeneridade (Smith e Shin, 2015) na comunidade escolar. Deve-se priorizar a diversidade (forma ampla) e a diversidade sexual (de maneira específica) na capacitação de professores a serem socialmente inclusivos (Msibi, 2019).

Faz-se necessário estudar as políticas escolares que produzem a normatividade, moldam os corpos LGBT (Loutzenheiser, 2015) e sustentam microagressões (Turner, Pelts e Thompson, 2018); o que atravessará revisões contínuas das práticas pedagógicas e curriculares, com o intuito de atender às necessidades e realidades dos(as) estudantes (Lo, 2019; Goldberg e Allen, 2018).

Ao lançar uma agenda de pesquisa que valorize estudos queer interseccionais, deve-se considerar propostas do feminismo negro e pensamento decolonial para discutir por exemplo, raça, gênero, classe, sexualidade (Acosta, 2018), nacionalidade, idade, religião (Jones, 2019; Brown, 2012), trabalho (McGuigan e Ghio, 2018), deficiência e etnicidade; a partir das semelhanças e diferenças diariamente produzidas e negociadas (Belkin, 2018).

Com base nos artigos analisados, é possível projetar uma fotografia queer interseccional que proponha reflexões a partir da urgente mudança nas relações desiguais, raciais e patriarcais de dominação (Jones, 2019; Schippers, 2000). Neste sentido, é iminente ter estudiosos que questionem suposições heteronormativas para fora do armário, pois tal tarefa não pode ser preocupação apenas da comunidade LGBTQ (Chevette, 2013). Desse modo, diferentes pautas para discussão, como por exemplo, teorização de famílias queer, identidade de gênero, transfobia, mononormatividade (Allen e Mendez, 2018), idosos LGBTQ (Allen e Lavender-

Stott, 2020) e identidade não-binária a partir da interdisciplinaridade (Chan, 2017), poderão ser priorizadas na comunidade acadêmica.

Estudos que interpelem a normatividade e suas formas de determinar a vida em sociedade, pode significar maior engajamento queer, expondo vozes ocultas, explorando novas configurações e quebrando a (hetero)normatividade cotidiana (McDonald, 2015). Nota-se a urgência por pesquisas que desenvolvam a capacidade em nomear padrões no sistema marginalizado e resistam ao ímpeto de permitir que a diferença (seja qual for) explique a desatenção crítica (Kean, 2019). Por isso, faz-se necessário um posicionamento crítico em relação às interações estigmatizadas, relações de poder e invisibilização das diferenças (McDonald, Harris e Ramirez, 2020).

Eis um processo de (des)construção, avanços teóricos e políticos pelos quais valem a pena cruzar linhas disciplinares (Berggren, 2018; Carr, Ben Hagai e Zurbriggen, 2017). Neste sentido, destacam-se técnicas metodológicas de pesquisas que valorizem a autocrítica e autorreflexão (Chan e Howard, 2020; Brown, 2012); valorizando a utilização da análise crítica e métodos mistos (quantitativos e qualitativos) (Allen e Jaramillo-Sierra, 2015).

Esforços pactuados para cessar a opressão começam com o aumento da consciência, e, na criação de espaços outros onde sejamos protegidos da homofobia, racismo, sexismo, transfobia (Nnawulezi, Robin e Sewell, 2015). Portanto, independentemente da área de estudos, da linha de pesquisa, da formação disciplinar, os(a) estudiosos(a) precisam se juntar nesta luta, afinal, vidas estão em jogo (Jones, 2019).

Segundo (Gambino, 2020) a coalização interseccional queer é um recurso político, por isso, questiona-se: de que forma a teoria queer cumpre a promessa do pensamento interseccional no século XXI? (Gambino, 2020). Estas serão (in)formações benéficas para populações modernas (Zuckerman e Crandall, 2019).

## **6. CONCLUSÃO**

O objetivo desta pesquisa foi apresentar a perspectiva dos estudos relacionados ao uso conjunto da teoria queer e interseccionalidade a partir de uma revisão bibliométrica sistemática. Pode-se inferir que a partir dos resultados obtidos e discussões preconizadas, o presente estudo alcança o objetivo proposto. Frentes de trabalho podem ser organizadas a partir da agenda escassa que foi encontrada sobre o tema, bem como estudos que se preocupem em preencher as diversas lacunas apontadas.

Faz-se necessário reconhecer às limitações de pesquisa a partir dos filtros utilizados na base pesquisada, e, outras possibilidades de análises metodológicas e teóricas que ainda podem ser aprofundadas. Desse modo, cabe ressaltar a carência de artigos científicos que analisaram o uso conjunto da perspectiva queer interseccional de forma técnica / metodológica. Eis uma lacuna que revela a oportunidade de investigação e uso ferramental analítico queer interseccional.

O pensamento das teorias queer e interseccionalidade perpassa um campo de pesquisa multifacetado, e, portanto, não deve se limitar às áreas que mais publicam pesquisas, como por exemplo, psicologia, educação, sociologia. Trabalhos futuros que criem conexões e cruzamentos com outros campos de pesquisa, podem ter início a partir da nossa realidade, em nossos espaços de (sobre)vivência, nas relações organizacionais, em nós mesmos(as).

Apoiados no pensamento (auto)crítico, a proposta desestabilizadora é percorrer o caminho de mãos dadas (de um lado) com a interseccionalidade, e, (de outro) com a teoria queer, a partir do corpo decolonial; ou seja, precisamos compreender e combater as inúmeras técnicas e modos de operatividade das relações de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, K.L. Queering Family Scholarship: Theorizing from the Borderlands. **J Fam Theory Rev**, 10, p.406-418, 2018.
- ALLEN, K.R.; JARAMILLO-SIERRA, A.L. Feminist Theory and Research on Family Relationships: Pluralism and Complexity. **Sex Roles** 73, p.93-99, 2015.
- ALLEN, K.R.; LAVENDER-STOTT, E.S. The Families of LGBTQ Older Adults: Theoretical Approaches to Creative Family Connections in the Context of Marginalization, Social-Historical Change, and Resilience. **J Fam Theory Rev**, 12: p.200-219, 2020.
- ALLEN, S.H.; MENDEZ, S.N. Hegemonic Heteronormativity: Toward a New Era of Queer Family Theory. **J Fam Theory Rev**, 10: p.70-86, 2018.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/la Frontera**. San Francisco, CA: Aunt Lute Books, 1987.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: an R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, 11(4), p.959-975, 2017.
- BELKIN, M. Who is Queer Around Here? Overcoming Rigid Thinking and Relating in Patient and Analyst, **Contemporary Psychoanalysis**, 54:3, p.484-510, 2018.
- BERGGREN, K. Is Everything Compatible? A Feminist Critique of Hearn's Composite Approach to Men and Masculinity, *Australian Feminist Studies*, 33:97, p.331-344, 2018.
- BROWN, M. Gender and sexuality I: Intersectional anxieties. **Progress in Human Geography**, 36(4), p.541-550, 2012.
- BUTLER, J. Critically queer. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, 1, p. 17-32, 1993.
- BUTLER, J. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.
- CARR, B.B; BEN HAGAI, E; ZURBRIGGEN, E.L. Queering Bem: Theoretical Intersections Between Sandra Bem's Scholarship and Queer Theory. **Sex Roles**, 76, p.655-668, 2017.
- CHAN, C. D.; HOWARD, L. C. When Queerness Meets Intersectional Thinking: Revolutionizing Parallels, Histories, and Contestations, **Journal of Homosexuality**, 67:3, p.346-366, 2020.
- CHAN, L. S. Emerging Currents in Communication/LGBTQ Studies: A Review of LGBTQ-Related Articles Published in Communication Journals from 2010 to 2015. **International Journal of Communication**, [S.l.], v. 11, p. 22, jun. 2017.
- CHEVRETTE, R. Outing Heteronormativity in Interpersonal and Family Communication: Feminist Applications of Queer Theory "Beyond the Sexy Streets". **Commun Theor**, 23: p.170-190, 2013.
- COLLINS, P. H. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. New York, London: Routledge, 1990.
- COLLINS, P. H. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, 41 (1), p.1-20, 2015.
- COLLINS, P. H. Learning from the outsider within: The sociological significance of blackfeminist thought. **Social Problems**, 33(6), p.s14-s32, 1986.
- COLLINS, P. H. Learning from the outsider within: The sociological significance of black feminist thought. In S. Harding (Ed.), **The feminist standpoint theory reader**, p.103-126. New York, NY: Routledge, 2004.
- COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989(1), p.139-167, 1989.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, 43(6), p.1241-1299, 1991.

CRENSHAW, K. Race, reform, and retrenchment: Transformation and legitimation in antidiscrimination law. **Harvard Law Review**, 101(7), p.1331-1387, 1988.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, Vol. 17, n. 1, p.38-43, 2008.

DE LAURETIS, T. Queer theory: Lesbian and gay sexualities, na introduction. **Differences**, 3, iii-xviii, 1991.

DEMO, G.; COSTA, A. C.; COURA, K. V.; MIYASAKI, A. C.; FOGAÇA, N. What do scientific research say about the effectiveness of human resource management practices? Current itineraries and new possibilities. **Revista de Administração da Unimep**, Vol. 18, p.138-158, 2020.

ENNS C.Z. Locational feminisms and feminist social identity analysis. **Professional Psychology: Research and Practice**, vol. 41, n°. 4, p.333-339, 2010.

FEW-DEMO, A.L.; HUMBLE, Á.M.; CURRAN, M.A.; LLOYD, S.A. Queer Theory, Intersectionality, and LGBT-Parent Families: Transformative Critical Pedagogy in Family Theory. **J Fam Theory Rev**, 8: p.74-94, 2016.

FOSTE, Z.; IRWIN, L. Applying Critical Whiteness Studies in College Student Development Theory and Research. **Journal of College Student Development** 61(4), p.439-455, 2020.

FOUCAULT, M. **The history of sexuality**, Vol. 1: An introduction (R.Hurley, Trans.). New York, NY: Pantheon, 1978.

FOUCAULT, M. The subject and power. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1982.

GAMBINO, E. “A More Thorough Resistance”? Coalition, Critique, and the Intersectional Promise of Queer Theory. **Political Theory**, 48(2), p.218-244, 2020.

GOLDBERG, A.E.; ALLEN, K.R. Teaching Undergraduates About LGBTQ Identities, Families, and Intersectionality. **Fam Relat**, 67: p.176-191, 2018.

hooks, b. **Ain't I a woman: Black women and feminism**. Boston, MA: South End Press, 1981.

hooks, b. **Feminist theory: From margin to center**. Cambridge, MA: South End Press, 1984.

hooks, b. **Talking back: Thinking feminist, thinking black**. Boston, MA: South End Press, 1989.

JONES, A. Sex is not a problem: The erasure of pleasure in sexual Science research. **Sexualities**, 22(4), p.643-668, 2019.

KEAN, J. Coming to terms: Race, class and intimacy in Australian public culture. **Sexualities**, 22(7-8), p.1182-1196, 2019.

LAWRENCE, L.; NAGASHIMA, Y. The Intersectionality of Gender, Sexuality, Race, and Native-speakerness: Investigating ELT Teacher Identity through Duoethnography, **Journal of Language, Identity & Education**, 19:1, p.42-55, 2020.

LEE, R.; MYKITIUK, R. Surviving difference: Endocrine-disrupting chemicals, intergenerational justice and the future of human reproduction. **Feminist Theory**, 19(2), p.205-221, 2018.

LO, R.S. Reflecting on Heteronormativity and Family Diversity: Analysis of an After-School Club, **Theory Into Practice**, 58:1, p.51-60, 2019.

LORDE, A. **Sister outsider: Essays and speeches**. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984.

LOUTZENHEISER, L.W. ‘Who are you calling a problem?’: addressing transphobia and homophobia through school policy, **Critical Studies in Education**, 56:1, p.99-115, 2015.



MAI, N.; KING, R. Love, Sexuality and Migration: Mapping the Issue(s), **Mobilities**, 4:3, p.295-307, 2009.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MCDONALD, J. Organizational Communication Meets Queer Theory: Theorizing Relations of “Difference” Differently. **Commun Theor**, 25: p.310-329, 2015.

MCDONALD, J.; HARRIS, K. L.; RAMIREZ, J. Revealing and Concealing Difference: A Critical Approach to Disclosure and an Intersectional Theory of Closeting”, **Communication Theory**, Volume 30, Issue 1, February, p.84-104, 2020.

MCGUIGAN, N.; GHIO, A. “Queering accounting: opening up and connecting professional services firms”, **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, vol. 9 n°. 5, p.625-635, 2018.

MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. (Eds.). **This bridge called my back**: Writings by radical women of color (2nd ed.). New York, NY: Kitchen Table/Women of Color Press, 1983.

MORAL, E. Qu(e)rying Sex and Gender in Archaeology: a Critique of the “Third” and Other Sexual Categories. **J Archaeol Method Theory** 23, p.788-809, 2016.

MSIBI, T. Passing through professionalism: South African Black male teachers and same-sex desire, **Sex Education**, 19:4, p.389-405, 2019.

NNAWULEZI, N. A.; ROBIN, S.; SEWELL, A. A. XII. Femme-inism: In daily pursuit of personal liberation. **Feminism & Psychology**, 25(1), p.67-72, 2015.

PLUMMER, K. Generational Sexualities, Subterranean Traditions, and the Hauntings of the Sexual World: Some Preliminary Remarks. **Symbolic Interaction**, 33: p.163-190, 2010.

RAHMAN, M. Queer as Intersectionality: Theorizing Gay Muslim Identities. **Sociology**, 44(5), p.944-961, 2010.

SCHIPPERS, M. The social organization of sexuality and gender in alternative hard rock: An analysis of intersectionality. **Gender & Society**, 14(6), p.747-764, 2000.

SEDGWICK, E. **Between men**: English literature and male homosocial desire. New York, NY: Columbia University Press, 1985.

SEIDMAN, S. Identity and politics in a “postmodern” gay culture: Some historical and conceptual notes. In M. Warner (Ed.), **Fear of a queer planet: Queer politics and social theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

SMITH, L.C.; SHIN, R.Q. Negotiating the Intersection of Racial Oppression and Heteronormativity, **Journal of Homosexuality**, 62:11, p.1459-1484, 2015.

SOUZA, E.M. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p.308-326, 2017.

TURNER, G. W.; PELTS, M.; THOMPSON, M. Between the Academy and Queerness: Microaggressions in Social Work Education. **Affilia**, 33(1), p.98-111, 2018.

ZUCKERMAN, M.K; CRANDALL. J. Reconsidering sex and gender in relation to health and disease in bioarchaeology. **Journal of Anthropological Archaeology**, vol. 54, p.161-171, 2019.

## Notas:

<sup>1</sup> É a gestão da vida a partir de um conjunto organizado por saberes, ciências que produzem verdades, corpos e relações de poder (Foucault, 1978).

<sup>2</sup> bell hooks é pseudônimo de Gloria Jean Watkins, inspiração a partir do nome de sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Utiliza-se a letra minúscula com o foco no conteúdo escrito e não à sua personalidade (hooks, 1989).